

O impacto das escolhas contábeis na comparabilidade dos ativos imobilizados de companhias abertas no Brasil

Impact of accounting choices on comparability of property, plant and equipment in Brazilian traded companies

Fláida Êmine Alves de Souza ¹
Márcia Helena da Silva ²
Ilirio José Rech ³

Resumo

O objetivo deste trabalho é verificar se as escolhas contábeis contidas no CPC 27 (2009) (norma brasileira equivalente a IAS 16 emitida pelo IASB) permitem a comparabilidade das demonstrações contábeis das companhias abertas do Brasil. Os períodos analisados foram de 2010 a 2012 e observaram-se as escolhas contábeis relativas às etapas de avaliação (inicial e posterior), *impairment* e depreciação dos ativos imobilizados. A comparabilidade foi medida pelo índice Herfindhal (índice H). Como resultado constatou-se que apesar da existência de escolhas contábeis, o CPC 27 (2009) permite a comparabilidade dos ativos imobilizados das companhias abertas brasileiras. O índice H foi alto para os três períodos, o que resulta em uma elevada comparabilidade entre as práticas contábeis em ativos imobilizados nas entidades e períodos analisados.

Palavras-chave: Escolhas Contábeis. Comparabilidade. Ativo Imobilizado. Índice H.

Abstract

¹ Bacharel em Direito e em Ciências Contábeis, ambos pela Universidade Federal de Uberlândia, Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera, Mestrado em Contabilidade Financeira pela Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. Contato: flaidaemine@yahoo.com.br

² Bacharel em Ciências Contábeis, Especialização em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal de Uberlândia Professora efetiva da Universidade Federal de Goiás, Brasil. Contato: marciahs2013@gmail.com

³ Bacharel em e pós Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso, Mestrado em Contabilidade pela Universidade de Brasília-UnB, Doutorado em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP, Professor adjunto da Universidade Federal de Goiás - UFG e professor permanente do Programa de Mestrado da FACIC/UFU, Brasil. Contato: ilirio@terra.com.br

This paper aims to verify whether the accounting choices within Brazilian CPC 27 Technical Pronouncement (which is equivalent to IAS 16 of IASB) allows comparability of accounting statements of traded companies in Brazil. The analyzed period was from 2010 to 2012 and we observed the accounting choices concerning to valuation (Initial and Posterior), impairment and depreciation of property, plant and equipment. We used Herfindhal Index (H index) to measure comparability of these data. The results showed that, although there are accounting choices, the CPC 27 (2009) allows comparability of the property, plant and equipment of Brazilian Companies. The H index was high for all three periods, which results in a high comparability between the accounting practices in fixed assets in the entities and periods analyzed.

Keywords: Accounting choices. Comparability. Property, plant and equipment. H index.

1 INTRODUÇÃO

Desde a criação do *International Accounting Standards Committee* (IASC) em 1973 e, posteriormente de seu sucessor, o *International Accounting Standards Board* (IASB) em 2001, têm-se emitido normas contábeis internacionais com a finalidade de reduzir a diversidade de práticas contábeis, minimizando a divergência entre os diferentes regulamentos dos países (DRAGU, 2010; LEMES; CARVALHO, 2010; TUDOR; DRAGU, 2010). Esse esforço parece ter sido bem sucedido, haja vista que, de acordo com dados da Deloitte (2012a), mais de 150 países ao redor do mundo têm adotado tais normas.

Um dos principais objetivos da convergência internacional é permitir maior comparabilidade entre as demonstrações financeiras (CAIRNS et al., 2011). Contudo, com a ampliação do uso das normas têm surgido dúvidas se elas, de fato, permitem a comparabilidade das informações constantes nas demonstrações contábeis (TUDOR; DRAGU, 2010; CAIRNS et al., 2011; HALLER; WEHRFRITZ, 2013). Essas questões são consequências de as *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) terem como fundamento para a sua elaboração, um modelo baseado em princípios (e não em regras), o que permite o julgamento dos preparadores em virtude da existência de escolhas contábeis.

Escolhas contábeis são aqui entendidas como métodos contábeis alternativos quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação contidos nas IFRS e cuja escolha de um método em detrimento de outro pode influenciar as informações contábeis a um caminho particular, diminuindo, em consequência, a comparabilidade das demonstrações financeiras (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001; CAIRNS et al., 2011; MURCIA; WERGES, 2011).

Entre as informações relevantes para a tomada de decisão e respectiva análise da posição financeira e patrimonial de uma entidade, estão aquelas relativas ao ativo imobilizado, pois este representa a capacidade produtiva da empresa. Segundo Carvalho, Lima e Ferreira (2012) com o processo de convergência contábil, os principais pontos a serem considerados para a sua contabilização são a mensuração dos seus valores contábeis, dos valores da depreciação e o teste *impairment*.

Com o objetivo de estabelecer o tratamento contábil para os ativos imobilizados, tem-se a IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*, emitida pelo IASC e recepcionada pelo IASB. No Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, que, com pequenas exceções, é equivalente a IAS 16. Aquele normativo,

como usual nas IFRS, é baseado em princípios e, com isso, permite escolhas contábeis no processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos imobilizados.

Posto que a normatização internacional deixa espaço para escolhas contábeis e estas podem alterar significativamente a comparabilidade das demonstrações financeiras, tem-se a seguinte questão norteadora deste estudo: Qual o impacto das escolhas contábeis na comparabilidade de ativos imobilizados? Em consequência, o objetivo deste trabalho é verificar se as escolhas contábeis contidas no CPC 27 (2009) permitem a comparabilidade das demonstrações contábeis das companhias abertas do Brasil.

Para isso, serão analisadas as informações divulgadas sobre as três principais etapas de mensuração de ativos imobilizados: avaliação (inicial e posterior), teste *impairment* e depreciação, das entidades listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pertencentes aos setores de petróleo e gás, mineração e energia elétrica, para os anos de 2010 a 2012.

A seleção das entidades se deu por se tratar dos setores com maior representatividade em ativos imobilizados no Brasil. Segundo dados do Economática®, em 2012, esses setores representaram 59,04% do imobilizado total de todas as entidades pertencentes ao mercado de capitais brasileiro. O período foi selecionado considerando o momento em que o CPC 27 (2009) tornou-se de uso obrigatório para as companhias abertas do Brasil.

A fim de medir o grau de comparabilidade das escolhas contábeis nos ativos imobilizados dessas entidades, será utilizado o cálculo do índice *Herfindhal* (índice H). A finalidade desse índice é medir a probabilidade de se selecionar, aleatoriamente, duas entidades pertencentes a um mesmo país e essas entidades utilizarem os mesmos métodos contábeis (TAPLIN, 2004).

Essa pesquisa contribui com a prática contábil ao demonstrar aos usuários das informações contábeis se, mesmo com a existência de escolhas contábeis, as demonstrações financeiras são equiparáveis entre períodos e entre entidades, permitindo uma melhor análise econômico-financeira da empresa e, conseqüentemente, uma melhor tomada de decisão.

Esse trabalho está estruturado em quatro partes, além desta introdução. Na seção 2 é apresentado o referencial teórico, em que se destaca o estado da arte sobre o processo de convergência, escolhas contábeis, ativos imobilizados, bem como sobre comparabilidade das demonstrações financeiras. Na seção 3 é apresentada a metodologia aplicada na pesquisa e na seção 4 a descrição e análise dos resultados. Na seção 5, as considerações finais sobre as evidências encontradas nesse estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tomando por base o objetivo proposto, o recorte teórico tem a finalidade de analisar o processo de convergência contábil internacional, a teoria das escolhas contábeis, os efeitos da adoção do CPC 27 (2009), bem como os estudos sobre a comparabilidade das demonstrações financeiras pós-processo de convergência.

2.1 Processo de convergência às normas internacionais de contabilidade

A possibilidade de realizar negócios entre empresas dos mais diversos países e o acesso a mercados de capitais internacionalizados não são fenômenos recentes. Da mesma forma, a necessidade de informações que permitam compreender a situação financeira e patrimonial das empresas, para reduzir o risco presente nas transações comerciais, também não surgiu nos dias atuais. Contudo, a ampliação do volume de transações e a circulação de capitais entre as mais diferentes economias, tornou indispensável a existência de um conjunto

de informações financeiras que possa assegurar maior confiança entre as empresas ou países envolvidos.

Transformações significativas no ambiente e na regulamentação contábil têm ocorrido desde o surgimento das normas internacionais de contabilidade nos anos 70 (LEMES; CARVALHO, 2010; STERZECK, 2011). Essas transformações refletiram tanto na forma de se apurar as informações contábeis, quanto (e em especial) na postura por parte dos contadores, a fim de que exerçam um maior julgamento sobre as transações a serem contabilizadas (STERZECK, 2011).

Neste sentido, a formação do IASC em 1973 foi a mais importante e duradoura resposta da profissão contábil à crescente internacionalização dos mercados de capitais após a Segunda Guerra Mundial (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006). Em 2001 o IASC foi sucedido pelo IASB, que redefiniu sua estrutura de gestão e produção de normas contábeis e tornou-se aceito por mais de 150 países ao redor do mundo (Deloitte, 2012a).

Para expressar a importância desse organismo no processo de convergência internacional, Walton, Haller e Raffournier (2003) afirmam que o IASB tornou-se o emissor de normas dominante no mundo e muitos países precisam agora enfrentar a ideia de que a liberdade nacional para emitir regras estará, de agora em diante, restringida pela existência do IASB.

Apesar de se tornar o organismo emissor de normas mais influente para a convergência internacional, o IASB necessitava da cooperação de organismos locais. Assim, foram assinados acordos que assegurassem a realização de trabalhos em conjunto para o estudo, preparação e edição de normas de contabilidade. O primeiro desses acordos foi celebrado em 2002 com o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), responsável pela produção de normas nos EUA, denominado de *Agreement the Norwalk*. Outros acordos com a mesma característica foram celebrados posteriormente com organismos do Japão (*Tokio Agreement*, 2007) e do Brasil (Memorando de entendimento, 2010).

Desde que foi assinado o *Agreement the Norwalk* o FASB, o IASB e outros órgãos conveniados continuam a colaborar na obtenção de um único conjunto de normas contábeis de alta qualidade, compreensível, aplicável, baseado em princípios claramente articulados, que sirva para uma prática contábil convergente entre os países e que seja globalmente aceito.

Apesar do acordo existente entre o FASB e o IASB, os EUA é um dos países cujas normas ainda se encontram em fase de convergências às IFRS. No entanto, outras economias desenvolvidas, a exemplo da Alemanha, Austrália, Espanha, França, Itália, Portugal e Reino Unido já adotaram as normas internacionais emitidas pelo IASB (Deloitte, 2012b).

Uma linguagem contábil única pode trazer grandes benefícios para a elaboração das demonstrações e análise econômico-financeira das entidades (LIMA, 2010). Dentre esses benefícios destaca-se a redução das divergências entre as regras contábeis locais dos diversos países e a melhoria na qualidade, transparência e utilidade da informação contábil a ser divulgada, bem como, um maior grau de comparabilidade dos relatórios financeiros (CHAND; WHITE, 2007; IUDÍCIBUS et al., 2010; CAIRNS et al., 2011).

Normas de contabilidade aceitas internacionalmente podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade dos relatórios financeiros, promovendo a resolução de divergências de opinião através de discussão e debate, e impondo uma consistência mais ou menos arbitrária, útil no tratamento de casos onde ainda não há consenso (CAMFFERMAN; ZEFF, 2006).

O Brasil acompanhou o processo das transformações contábeis com participação decisiva em alguns momentos e em outros com participação moderada. Destaca-se que a Lei 6.404/76, que regula as companhias abertas brasileiras e define os critérios contábeis a serem adotados por elas, segue os mesmos conceitos adotados pelo FASB. Além disso, o Brasil

participa ativamente no IASC/IASB desde 1995, na pessoa do Prof. Nelson Carvalho, exercendo inclusive a presidência do *Standards Advisory Council* (SAC) e sediando, em 2000, a reunião dos membros do IASC para a reestruturação desse organismo.

Atualmente o processo de convergência no Brasil é capitaneado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) criado com o objetivo de centralizar e uniformizar a emissão de normas contábeis convergentes aos padrões internacionais (art. 3º, Resolução CFC n. 1.055, 2005). Na esteira desse processo, a Instrução n. 457 (2007) da CVM tornou obrigatória a adoção das IFRS para as companhias abertas brasileiras a partir do exercício findo em 2010. A adoção das normas convergentes teve como principal meta alavancar a acessibilidade das empresas brasileiras ao mercado global de capitais (OLIVEIRA; LEMES, 2011).

De uma forma geral, há um consenso favorável para uma convergência de padrões contábeis que “facilite a comunicação e contribuam para reduzir as diferenças internacionais no *financial reporting*, permitindo a comparabilidade das informações” (NIYAMA, 2010, p. 37). Assim, a adoção das IFRS tem o intuito de convergir as práticas contábeis de diferentes países para um modelo único, o que gera uma expectativa de maior comparabilidade das demonstrações contábeis, tanto dentro de uma mesma entidade ao longo do tempo, quanto entre entidades, independente do seu país de origem (CAIRNS et al., 2011).

2.2 Escolhas contábeis

Apesar de as normas internacionais de contabilidade imporem restrições quanto ao tratamento contábil dos eventos e transações a serem reconhecidos, mensurados e evidenciados, elas permitem certo grau de discricionariedade quanto à escolha de determinados métodos contábeis (COSENZA; GRATERON, 2003; MURCIA; WERGES, 2011). Convencionou-se denominar de escolhas contábeis o uso desse espaço deixado pelas normas para o exercício da discricionariedade e do julgamento do preparador das demonstrações financeiras, para fins específicos desejados pela administração da empresa.

Escolhas contábeis, segundo Fields, Lys e Vincent (2001) é toda decisão da entidade, cujo objetivo principal seja influenciar os resultados da contabilidade a um caminho específico, incluindo não apenas as demonstrações contábeis, mas também, outros relatórios derivados da contabilidade, tais como as declarações de imposto de renda e documentos oficiais.

A literatura sobre escolhas contábeis está concentrada em duas grandes linhas de pesquisa que buscam sua explicação: a Teoria Positiva da Contabilidade e a Teoria Institucional (COLLIN et al., 2009). Segundo Collin et al. (2009), a Teoria Positiva contribui com previsões sobre as escolhas contábeis e os efeitos dessas escolhas na riqueza dos *stakeholders*, enfatizando os conflitos de agência e realização de contratos. Já a Teoria Institucional, segundo eles, explica as escolhas contábeis através de fatores organizacionais, sujeitos a uma pressão institucional, seja ela normativa, coercitiva ou mimética.

De acordo com Watts e Zimmerman (1979) a única teoria contábil que pode fornecer um conjunto de previsões consistentes com os fenômenos observados é aquela baseada no auto-interesse. Para Collin et al. (2009) a Teoria Positiva parece ser a teoria apropriada para explicar as escolhas contábeis quando se tem indícios de conflitos de agência e a Teoria Institucional, para explicar as escolhas contábeis em ambientes que possuem múltiplas pressões institucionais.

As duas Teorias, de uma maneira geral, são complementares e se encaixam mutuamente. Nesse sentido, Collin et al. (2009) sugerem uma Teoria Eclética da Contabilidade para explicar as escolhas contábeis. Para eles é necessário analisar o contexto

de importantes *stakeholders* e, quando possível, observar os conflitos de interesses. Consequentemente, qualquer estudo sobre escolhas contábeis precisa analisar as partes interessadas, tentando encontrar, no contexto da entidade, os sujeitos que, simultaneamente, tenham interesse nas escolhas contábeis e possam influenciá-las.

Segundo Murcia e Werges (2011) as escolhas contábeis podem ocorrer nas três etapas no processo contábil: a) durante o reconhecimento: escolha de como reconhecer determinado evento econômico ou de não reconhecê-lo. Exemplo: reconhecer um instrumento financeiro como disponível para venda ou mantê-lo até o vencimento; b) durante a mensuração: escolha de qual critério de avaliação utilizar. Exemplo: utilizar média ponderada ou PEPS para avaliação dos estoques; e c) durante a divulgação da informação econômico-financeira: escolha de se evidenciar ou não determinada informação de caráter voluntário. Exemplo: EBITDA.

A existência de múltiplos critérios de contabilização pode levar o gestor a escolher um método contábil específico, com a finalidade de apresentar a informação de uma maneira particular (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001). No entanto, a existência de tais escolhas pode reduzir a comparabilidade das demonstrações financeiras, o que conflitaria com o objetivo das IFRS, que é o de assegurar a comparabilidade das informações contábeis divulgadas (PAULO, 2007; CAIRNS et al., 2011; MURCIA; WERGES, 2011).

2.3 Ativo Imobilizado

A principal característica que define um ativo imobilizado é a forma de aplicação do elemento no processo de geração de receitas. De acordo com a Estrutura Conceitual (CPC 00, 2011) os benefícios econômicos futuros incorporados a um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras, sendo uma delas a utilização do ativo isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de bens ou na prestação de serviços a serem vendidos pela entidade. Neste sentido a expectativa de utilização de um bem para a produção de outro bem ou prestação de um serviço é o que determina a classificação de um item como ativo imobilizado.

No Brasil, o art. 179, item IV, da Lei n. 6.404/76 define ativo imobilizado como “os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”. Complementarmente, o item 6 do CPC 27 (2009) acrescenta que ativo imobilizado é “o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e que se espera utilizar por mais de um período”.

Como resultado do processo de convergência, ocorreram alterações significativas na Lei 6.404/76. Uma das principais alterações diz respeito à inclusão no ativo imobilizado de itens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle de itens. Isso significa que não necessariamente os ativos precisam ser de propriedade da empresa sob o ponto de vista jurídico, como é o caso de itens negociados por arrendamento mercantil financeiro (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Do ponto de vista normativo, o CPC 27 (2009) estabelece o tratamento contábil a ser adotado para o reconhecimento, mensuração e evidenciação do ativo imobilizado, de modo a fornecer aos usuários informações sobre os investimentos e as mutações ocorridas nesse grupo patrimonial.

Neste dispositivo podem ser identificadas situações que permitem às empresas opções que se enquadram no conceito de escolhas contábeis. Tais opções podem ser identificadas nas seguintes situações: a) quanto à avaliação inicial: deve ser reconhecido pelo custo de aquisição ou custo de construção; b) quanto à avaliação posterior: deve ser reconhecido pelo método de custo ou método de reavaliação (quando esta é permitida por lei); c) quanto aos métodos de depreciação: deve ser utilizado o método da linha reta, dos saldos decrescentes, das unidades produzidas ou outro à escolha da entidade; e d) quanto ao *impairment*: mensuração a valor justo líquido de despesa de venda ou valor em uso.

Quanto à adoção pela primeira vez das IFRS (ou CPC), é permitido que a administração “escolha” entre manter os elementos do ativo pelo custo de aquisição ou reavaliados a valor justo. Isso ocorre porque a administração pode identificar bens ou conjunto de bens em operação cujo valor contábil seja substancialmente inferior ou superior à sua provável geração futura de caixa. Nesse caso, o ICPC 10 (2009) (norma brasileira equivalente à IFRS 1, 2009) incentiva que as entidades adotem como custo atribuído (*deemed cost*) o valor justo do bem ou conjunto de bens.

A opção do custo atribuído é aplicável apenas quando da adoção inicial, em 2010, sendo vedada a revisão da opção em períodos subsequentes (ICPC 10, item 22; Deliberação CVM 619/09, item III). Em consequência, esse procedimento não significa a adoção da prática de reavaliação, proibida pela legislação brasileira desde a entrada em vigor da Lei 11.638/07.

2.4 Comparabilidade das Demonstrações Contábeis

A comparabilidade das demonstrações financeiras e a convergência estão fortemente relacionadas, sendo a primeira um dos principais objetivos da segunda e motivo para a emissão de normas de contabilidade com elevado grau de qualidade. Chand e White (2007) definem a convergência como sendo o processo que visa a redução das divergências entre as regras contábeis e cujo resultado é uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras.

Nesse sentido, diversas pesquisas foram realizadas com o objetivo de verificar se na prática, as escolhas contábeis contidas nas normas internacionais de contabilidade têm provocado divergências quanto à elaboração das demonstrações contábeis nacionais e entre países. Entre as muitas pesquisas destaca-se os estudos de Stergios e Laskaridou (2008), Dragu (2010), Tudor e Dragu (2010), Cairns et al. (2011) e Haller e Wehrfritz (2013).

Stergios e Laskaridou (2008) analisaram a comparabilidade das demonstrações financeiras de companhias abertas da Grécia no período de 2003 a 2005, antes e depois das normas internacionais de contabilidade tornarem-se de aplicação obrigatória na Europa. Os autores encontraram comparabilidade entre os métodos de depreciação aplicados. Mas, o mesmo não ocorreu na avaliação dos estoques tendo em vista que as empresas ampliaram o volume de divulgação de políticas contábeis. Em termos gerais os resultados não apresentaram aumento no nível de comparabilidade tendo em vista que algumas empresas optaram por divulgar um volume maior de informações e, outras o reduziram.

Cairns et al. (2011) ao analisarem 228 empresas listadas no Reino Unido e Austrália verificaram que, em relação aos requisitos obrigatórios, observa-se o aumento esperado no uso de mensuração a valor justo de instrumentos financeiros e pagamento baseado em ações levando-se ao aumento da comparabilidade de demonstrações financeiras dentro e fora do país. No entanto, quando se trata de regiões onde o uso da mensuração ao valor justo era opcional, essa comparabilidade não foi encontrada, o que, segundo os autores, sugere uma

abordagem conservadora e/ou falta de incentivos à utilização de mensuração do valor justo para a maioria das empresas.

Dragu (2010) e Tudor e Dragu (2010) analisaram a comparabilidade na contabilização de ativos intangíveis de empresas listadas na Bolsa de Valores de Londres de cinco países da União Europeia. Os autores encontraram elevado nível de comparabilidade na contabilização de ativos intangíveis, demonstrando uma tendência para práticas comuns na mensuração no reconhecimento inicial e redução ao valor recuperável desses ativos.

Por outro lado, os estudos de Haller e Wehrfritz (2013) destacam que as IFRS não necessariamente levam a demonstrações financeiras comparáveis em virtude das escolhas contábeis. Em sua pesquisa, que analisou empresas de capital aberto da Alemanha e do Reino Unido, constataram que as demonstrações contábeis diferem entre os dois países para assuntos onde a GAAP nacional é diferente. Para eles, estes resultados indicam que a comparabilidade das informações financeiras pode sofrer influência negativa contínua de fatores particulares de cada país. Sugerem que suprimir ou restringir as escolhas contábeis contidas nas normas internacionais seria uma opção política para minimizar as diferenças e assegurar a comparabilidade.

Os estudos que objetivam mensurar o nível de comparabilidade entre as demonstrações financeiras das entidades têm adotado o cálculo de índices como ferramenta. Segundo Taplin (2006) índices de comparabilidade são utilizados para quantificar o grau em que as contas das empresas são comparáveis, como mera estatística, da mesma forma que o coeficiente de correlação é usado para medir a relação entre as variáveis.

A literatura contábil internacional sugere os índices H, I, C e T como os mais usados para essa finalidade (TAPLIN, 2004). Van der Tas (1988), considerado o criador dos índices H, C e I, traz que o índice H é utilizado quando se deseja mensurar a comparabilidade das demonstrações financeiras de diferentes empresas dentro de um mesmo país. Segundo ele, a vantagem desse índice está na sua simplicidade.

Os outros índices surgiram para tratar de situações específicas que não foram tratadas pelo índice H. Para Taplin (2004) o índice C, por exemplo, é empregado quando uma empresa utiliza mais de um método contábil e o índice I quando se deseja comparar empresas de diferentes países (entretanto, não se preocupou em dar maior peso àquele país cuja amostra de empresas analisadas foi maior). Já o índice T, o mais completo e recente, é a generalização dos três anteriores (TAPLIN, 2010).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi aplicada às companhias abertas brasileiras listadas na CVM, pertencentes a três setores: petróleo e gás, mineração e energia elétrica, para os exercícios de 2010 a 2012. Esses setores foram selecionados por apresentarem maior representatividade de ativo imobilizado entre as companhias abertas do Brasil, com 59,04% do imobilizado total de todas as entidades pertencentes ao mercado de capitais brasileiro, em 2012 (QUADRO 1).

Os exercícios de 2010 a 2012 foram selecionados por se tratar dos períodos pós-adoção das IFRS no Brasil, sendo 2010 o primeiro ano de convergência. Com a finalidade de medir a evolução da comparabilidade das informações em virtude da adoção às normas internacionais, entendeu-se oportuno considerar os últimos exercícios, a contar de 2010.

A busca pelas companhias abertas e valores dos imobilizados se deu pelo *software* Economática®. As demonstrações financeiras e notas explicativas das empresas foram acessadas pelo *site* da CVM. O Quadro 1 demonstra o número de entidades selecionadas e a representatividade dentro de cada setor.

Quadro 1: Número de empresas selecionadas e sua representatividade por setor.

**O impacto das escolhas contábeis na comparabilidade dos ativos imobilizados de
companhias abertas no Brasil**

DESCRIÇÃO DAS ENTIDADES	SETORES		
	Petróleo e Gás	Mineração	Energia Elétrica
Representatividade	33,96%	11,14%	10,94%
(=) Total de Entidades	11	13	60
(-) Entidades Excluídas: <ul style="list-style-type: none">• Não possuem ativos imobilizados constituídos em suas demonstrações contábeis nos períodos analisados ou não eram companhias abertas em algum dos períodos analisados.	(07)	(09)	(27)
(=) Número de Entidades Analisadas	04	04	33

Fonte: Elaborado pelos autores.

Selecionadas as 41 companhias abertas que compuseram a amostra e reunidas as suas demonstrações contábeis e notas explicativas, foi necessário identificar as escolhas contábeis contidas no CPC 27 (2009), a fim de se verificar quantas empresas escolheram quais métodos, para então, calcular-se a frequência relativa e, em sequência, o índice de comparabilidade dos ativos imobilizados das entidades. O Quadro 2 apresenta as escolhas contábeis possíveis aos ativos imobilizados, quanto a avaliação, *impairment* e depreciação, de acordo com as especificidades do CPC 27 (2009).

Quadro 2: Escolhas contábeis a serem analisadas no ativo imobilizado.

ETAPA		ESCOLHA CONTÁBIL
MENSURAÇÃO	Avaliação	Avaliação inicial: custo de aquisição, custo de construção ou não evidencia?
		Avaliação posterior: método do custo histórico, método do valor justo ou não evidencia?
	Impairment	A entidade realiza o teste <i>impairment</i> , não realiza ou não evidencia?
	Depreciação	A entidade deprecia os elementos do imobilizado ou não evidencia se deprecia?
		Depreciação: método da depreciação linear, depreciação a saldos decrescentes, depreciação pela produção, outros métodos ou não evidencia?

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nas demonstrações financeiras e notas explicativas das entidades foi analisado, em cada etapa de mensuração do ativo imobilizado, o número de tratamentos contábeis utilizados, os não utilizados e os não mencionados nas políticas contábeis dos relatórios em análise.

Assim, foram verificadas 615 possibilidades de escolhas contábeis, representadas pelas três principais etapas (avaliação, *impairment* e depreciação), que se dividem em cinco fases de contabilização (avaliação inicial, avaliação posterior, utilização ou não do teste *impairment*, utilização ou não da depreciação e métodos de depreciação), três períodos (2010, 2011 e 2012) e 41 entidades (05 fases vezes 03 anos vezes 41 empresas = 615 escolhas contábeis).

Para medir a influência das escolhas contábeis na comparabilidade do ativo imobilizado, foi utilizado o cálculo do índice H, equação (1), cuja fórmula é definida por Van der Tas (1988, p. 159):

$$H = \sum_{i=1}^n pi^2 \quad (1)$$

De acordo com Taplin (2003), o *H* representa o índice *Herfindahl*, *pi* é a frequência relativa em correlação com o método contábil *i*, e *i* varia de 1 a *n*, onde *n* consiste no número de métodos contábeis disponíveis. Para a análise do índice, seus valores variam de 0 a 1, onde 1 assume o valor máximo, que por sua vez leva à conclusão de um grau de comparabilidade máximo para este elemento e 0 assume o valor mínimo, o que leva à conclusão de que não há comparabilidade (VAN DER TAS, 1988; TAPLIN, 2004; TUDOR; DRAGU, 2010).

Com o intento de interpretar o índice H, foi utilizado como parâmetro o Quadro 3, a partir dos resultados do estudo de Tudor e Dragu (2010). Cabe destacar que tais escalas de valores são meramente interpretativas, portanto, não indicam um padrão a ser seguido.

Quadro 3: Interpretação do índice H

Índice H	Interpretação
acima de 0,700	alta comparabilidade
entre 0,500 e 0,699	média comparabilidade
abaixo de 0,499	baixa comparabilidade

Fonte: Elaborado pelos autores.

Vale destacar que a metodologia desta pesquisa foi baseada nos estudos de Tudor e Dragu (2010) que utilizaram o cálculo do índice H para medir o grau de comparabilidade de práticas contábeis, porém de ativos intangíveis. Julgou-se adequada a metodologia tendo em vista a semelhança dos ativos no que diz respeito às etapas de mensuração e a temporalidade de uso dos mesmos no processo de produção de receitas pelas empresas.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Partindo-se para a análise dos dados, como ponto de partida foram analisadas as escolhas contábeis em relação à avaliação inicial e avaliação posterior do grupo imobilizado para os três períodos, cujos resultados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Avaliação do Ativo Imobilizado.

ESCOLHA CONTÁBIL	Número de Empresas			Frequência Relativa			Índice H		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Avaliação Inicial	41	41	41	1,000	1,000	1,000			
a) Custo de Aquisição	4	4	3	0,098	0,098	0,073			
b) Custo de Produção	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,781	0,824	0,864
c) Ambos	36	37	38	0,878	0,902	0,927			
d) Não mencionado	1	0	0	0,024	0,000	0,000			
Avaliação Posterior	41	41	41	1,000	1,000	1,000			
a) Método de Custo	37	41	41	0,902	1,000	1,000			
b) Custo Atribuído	4	0	0	0,098	0,000	0,000	0,824	1,000	1,000
c) Valor Justo	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
d) Não mencionado	0	0	0	0,000	0,000	0,000			

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à avaliação inicial, constatou-se que o grau de comparabilidade aumentou ano a ano. A maioria das entidades (87,8%, 90,2% e 92,7%, respectivamente por período) menciona utilizar tanto o custo de aquisição, quanto o custo de produção na avaliação inicial dos seus imobilizados (TABELA 1). No que tange à avaliação posterior verifica-se que todas as entidades em todos os períodos evidenciaram qual método utilizaram, demonstrando um grau máximo de comparabilidade em 2011 e 2012 e um alto grau de comparabilidade (0,824) em 2010.

Sugere-se que essa comparabilidade máxima nos exercícios de 2011 e 2012 é resultado da proibição da lei brasileira à reavaliação (avaliação posterior a valor justo), além do que, todas as entidades evidenciaram essas informações em notas explicativas. Já em 2010, em virtude da opção dada pelo ICPC 10 à utilização do *deemed cost* para as entidades cujos valores do imobilizado estivessem substancialmente inferiores ou superiores aos valores justos dos ativos, quatro entidades o utilizaram e 37 empresas mantiveram os seus imobilizados ao custo de aquisição. Assim, em 2010 encontrou-se uma comparabilidade de 0,824, o que significa que, se duas empresas dos setores de petróleo e gás, mineração e energia elétrica forem selecionadas de forma aleatória, há 82,4% de chance de que elas tenham optado pelo mesmo método de avaliação posterior em 2010.

Após a avaliação inicial o CPC 27 (2009) permite que os ativos sejam testados para verificar seus valores recuperáveis (teste *impairment*). Assim, nessa fase do estudo analisou-se a utilização ou não do teste *impairment* pelas entidades, em relação ao grupo ativo imobilizado. Os resultados da análise são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Teste *impairment* do Ativo Imobilizado.

ESCOLHA CONTÁBIL	Número de			Frequência Relativa			Índice H		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Teste <i>Impairment</i>	41	41	41	1,000	1,000	1,000			
a) Usado	40	41	41	0,976	1,000	1,000	0,952	1,000	1,000
b) Não usado	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	1	0	0	0,024	0,000	0,000			

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao teste *impairment*, em 2011 e em 2012 encontrou-se o grau máximo de comparabilidade, significando que, todas as entidades aplicaram o teste e destacam o seu uso

nas notas explicativas. Esse resultado está em conformidade com os achados na pesquisa de Tudor e Dragu (2010), com o destaque que esses autores estudaram o ativo intangível.

Os resultados desta pesquisa demonstram que apenas em 2010 não houve grau máximo de comparabilidade, contudo muito próximo (0,952). Essa diferença é devido a uma empresa não ter destacado, nas notas explicativas, se utilizava ou não o teste *impairment* (TABELA 2).

Outra etapa no processo de mensuração de um ativo é representada pela depreciação. Nesse sentido, nessa fase do estudo analisou-se a utilização da depreciação como forma de alocação sistemática do consumo dos ativos, bem como os métodos de depreciação escolhidos pelas entidades, para o grupo ativo imobilizado, como pode-se verificar na Tabela 3.

Tabela 3: Depreciação e métodos de depreciação do Ativo Imobilizado.

ESCOLHA CONTÁBIL	Número de			Frequência Relativa			Índice H		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Depreciação	41	41	41	1,000	1,000	1,000			
a) Usado	40	41	41	0,976	1,000	1,000	0,952	1,000	1,000
b) Não usado	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Não mencionado	1	0	0	0,024	0,000	0,000			
Métodos de Depreciação	41	41	41	1,000	1,000	1,000			
a) Método Linear	36	36	34	0,878	0,878	0,829	0,778	0,786	0,717
b) Método dos saldos decrescentes	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
c) Método de unidades produzidas	1	0	0	0,024	0,000	0,000			
d) Outros métodos	0	0	0	0,000	0,000	0,000			
e) Mais de um método	3	5	7	0,073	0,122	0,171			
f) Não mencionado	1	0	0	0,024	0,000	0,000			

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao uso da depreciação pelas entidades, encontrou-se resultados semelhantes à aplicação do teste *impairment*. Entretanto, os resultados dessa pesquisa, no que diz respeito ao tratamento da depreciação, diferem dos encontrados por Tudor e Dragu (2010) na análise da amortização do ativo intangível. O índice de 0,952 (TABELA 3) é superior a 0,645 encontrado pelos autores. Embora o tipo de ativo seja diferente, tem a mesma natureza no que diz respeito a exploração para fins de geração de receitas, o que sugere que o tratamento tenderia ser semelhante.

Em relação aos métodos usados para a depreciação do imobilizado, verifica-se um elevado grau de comparabilidade (acima de 0,7) para os três exercícios. Além disso, destaca-se a preferência das entidades pelo método de depreciação linear. Outra opção verificada foi o uso de mais de um método de depreciação, entretanto, com menor frequência.

A última etapa da pesquisa diz respeito à análise dos valores agregados para o índice H. Neste caso, calcula-se a média de cada uma das fases previamente analisadas, a fim de se verificar a influência das escolhas contábeis na avaliação dos ativos imobilizados. Os resultados estão sintetizados na Tabela 4. Destaca-se que a coluna “Índice H” representa as médias dos índices calculados e apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3, e a coluna “Índice H Geral” consiste em médias gerais para as três etapas principais de mensuração do imobilizado: avaliação, *impairment* e depreciação.

Tabela 4: Valores Agregados para o Índice H.

ESCOLHA CONTÁBIL	ÍNDICE H			ÍNDICE H GERAL		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
AVALIAÇÃO						
Avaliação Inicial	0.781	0.824	0.864	0.802	0.912	0.932
Avaliação Posterior	0.824	1.000	1.000			
IMPAIRMENT						
Impairment	0.952	1.000	1.000	0.952	1.000	1.000
DEPRECIACÃO						
Amortização	0.952	1.000	1.000	0.865	0.893	0.858
Métodos de Amortização	0.778	0.786	0.717			
ÍNDICE GERAL DO ATIVO IMOBILIZADO				0.873	0.935	0.930

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à fase de avaliação tem-se que os índices de comparabilidade tiveram valores elevados nos três períodos analisados (acima de 0,8). Esse resultado significa que as entidades analisadas possuem práticas similares quanto à avaliação no reconhecimento inicial e na avaliação posterior (reavaliação) dos seus imobilizados. Ao se analisar o teste *impairment* tem-se que, assim como na avaliação, as empresas têm práticas harmônicas.

No que tange ao ativo imobilizado como um todo, pelo resultado dos índices (valores superiores a 0,87), sugere-se que as escolhas contábeis permitem que as práticas contábeis em ativos imobilizados sejam comparáveis. Esses resultados são convergentes aos encontrados no estudo de Tudor e Dragu (2010) na aplicação do índice H para testar a comparabilidade de ativos intangíveis.

O índice H apresentou valores significativos nos três períodos (TABELA 4), o que resulta em uma elevada comparabilidade entre as práticas contábeis dos ativos imobilizados nas entidades e períodos analisados (0,873; 0,935; e 0,930 para 2010, 2011 e 2012, respectivamente).

Esse resultado significa, por exemplo, que para o exercício de 2012, se duas entidades dos setores de petróleo e gás, mineração e energia elétrica forem selecionadas de forma aleatória, há 93% de chance de as entidades apresentarem as mesmas práticas contábeis em relação aos seus ativos imobilizados. Com base nesses resultados pode ser admitido que as escolhas contábeis exercem baixa influência na comparabilidade das informações do ativo imobilizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi verificar se as escolhas contábeis contidas no CPC 27 (2009) permitem a comparabilidade das demonstrações contábeis das companhias abertas do Brasil. Para isso, foram analisadas as demonstrações financeiras e notas explicativas das entidades dos setores de petróleo e gás, mineração e energia elétrica participantes do mercado financeiro brasileiro, para os exercícios de 2010 a 2012.

Como resultados percebeu-se que apesar da existência de escolhas contábeis, o CPC 27 (2009) permite a comparabilidade das práticas contábeis em ativos imobilizados, corroborando com os resultados da pesquisa de Tudor e Dragu (2010) ao analisarem ativos intangíveis. Contudo, divergem dos resultados de Haller e Wehrfritz (2013) que sugerem que as escolhas contábeis não permitem práticas contábeis equiparáveis.

O índice H foi alto para os três períodos, o que resulta em uma elevada comparabilidade entre as práticas contábeis em ativos imobilizados nas entidades e períodos analisados (0,873; 0,935; e 0,930 para 2010, 2011 e 2012, respectivamente). Esse resultado significa, por exemplo, que para o exercício de 2012, se duas entidades dos setores de petróleo e gás, mineração e energia elétrica forem selecionadas de forma aleatória, há 93% de

chance das entidades apresentarem as mesmas práticas contábeis em relação aos seus ativos imobilizados.

Em relação à evidenciação de ativos imobilizados apenas em quatro momentos dos 615 analisados não houve evidenciação: em 2010 uma entidade não mencionou como fazia a avaliação inicial, outra não mencionou se realizava o teste *impairment*, uma terceira não mencionou se depreciava seu imobilizado e ainda outra não mencionou qual método utilizava para depreciar seus ativos. Entretanto, essa não evidenciação não se repetiu nos períodos seguintes, cujos elementos pesquisados foram todos evidenciados.

Ao se analisar as principais fases de mensuração dos ativos imobilizados, os dados sugerem que os valores e informações dos ativos imobilizados divulgados nas demonstrações financeiras publicadas são altamente comparáveis (com índice H variando entre 0,717 e 1,000), na seguinte ordem decrescente: utilização de teste *impairment* e de depreciação, avaliação posterior, avaliação inicial e métodos de depreciação.

O elevado grau de comparabilidade das escolhas contábeis no que diz respeito à utilização e evidenciação do uso do teste *impairment* é surpreendente em virtude de ser uma prática inovadora para as empresas brasileiras, pois foi introduzida pela convergência contábil internacional. Tendo por base a afirmação de Haller e Wehrfritz (2013) de que as empresas tendem a adotar práticas semelhantes às que eram recomendadas pelas normas nacionais, neste caso, outros fatores devem ter influenciado o grau de comparabilidade, e pode ser objeto de pesquisas futuras.

As entidades, em sua maioria, continuam com a prática de depreciar os bens do ativo imobilizado pelo método linear, o que justificou a elevada comparabilidade quanto aos métodos de depreciação.

As escolhas contábeis na avaliação posterior dos ativos imobilizados alcançaram alto grau de comparabilidade, tendo em vista que no Brasil a reavaliação positiva é vedada, exceto na adoção inicial. Portanto, exceto em 2010, as entidades só tinham duas escolhas contábeis possíveis: método do custo ou não evidenciar qual método utilizavam.

Por outro lado, a menor comparabilidade ocorreu na escolha dos métodos de depreciação, em virtude de haver seis escolhas contábeis possíveis: método linear, a saldos decrescentes, das unidades produzidas, outros métodos, mais de um método e não divulgar.

Entretanto, para tentar explicar ou justificar qualquer escolha contábil ocorrida no âmbito das entidades é necessário analisar o contexto de importantes *stakeholders* e, se possível, analisar os conflitos de interesses existentes em cada entidade analisada. Tal comportamento das entidades pode ter sido influenciado por atitudes oportunísticas, que segundo Watts e Zimmerman (1986) podem ser motivadas em função do plano de incentivos dos gestores, do grau de endividamento das empresas ou pelo tamanho ou custo político das empresas. Motivos esses não analisados nesse estudo por fugir ao escopo do mesmo.

A presente pesquisa complementou estudos realizados por outros autores (a exemplo de STERGIOS; LASKARIDOU, 2008, TUDOR; DRAGU, 2010 e HALLER; WEHRFRITZ, 2013) em ambientes de adoção das IFRS, ao analisar se o CPC 27 (2009) permite a comparabilidade das demonstrações financeiras em relação ao ativo imobilizado. Assim, este estudo contribui com a pesquisa científica ao identificar, que no âmbito brasileiro, as escolhas contábeis contidas nos normativos relacionados ao imobilizado possibilitam a comparabilidade das demonstrações financeiras das entidades, como objetiva as normas internacionais de contabilidade (nesse caso, IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*).

Além disso, contribui com a prática contábil ao demonstrar aos usuários das informações financeiras que as demonstrações contábeis são comparáveis entre períodos e entre entidades (em relação ao imobilizado), possibilitando uma melhor análise econômico-financeira da entidade, o que resulta em uma melhor tomada de decisão.

Para os elaboradores das normas contábeis a pesquisa trouxe evidências acerca do grau de comparabilidade das demonstrações contábeis em relação ao ativo imobilizado, o que pode subsidiar futuras medidas visando tornar as informações financeiras mais comparáveis ou entender as normas internacionais de contabilidade suficientes e adequadas.

Os resultados da presente pesquisa não podem ser generalizados para todas as empresas brasileiras por tratar-se de uma amostra reduzida, haja vista a necessidade de excluir 43 empresas do setor por não apresentarem saldos de ativos imobilizados em algum dos períodos em análise. Além disso, não pode ser generalizado para todo volume de informações contidas nas demonstrações financeiras, tendo em vista a análise ter sido restrita ao ativo imobilizado (CPC 27, 2009).

Resultados diferentes e divergentes podem ser obtidos ao se analisar outros grupos de ativos, passivos ou contas de resultado. Assim, esta pesquisa limitou-se à análise de um número restrito de entidades, o que fez com que os resultados fossem tratados como tendências da existência ou não da influência das escolhas contábeis na comparabilidade das informações relacionadas ao ativo imobilizado das empresas pertencentes à amostra.

Sugere-se como futuras pesquisas a análise de todas as companhias abertas brasileiras ou outros setores econômicos, bem como as escolhas contábeis contidas em outros Pronunciamentos Técnicos. Sugere-se também, a identificação de possíveis variáveis explicativas à escolha dos gestores de um método contábil em detrimento de outro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15/12/1976 - Lei das Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 30/05/2013.

_____. Lei nº 11.638, de 28/12/2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 30/05/2013.

CAIRNS, D.; MASSOUDI, D.; TAPLIN, R.; TARCA, A. IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. *The British Accounting Review*, v. 3, p. 1–21, 2011.

CAMFFERMAN, K.; ZEFF S. A. *Financial Reporting and Global Capital Markets. A History of the International Accounting Standards Committee, 1973–2000*. New York: Oxford, 2006.

CARVALHO, R. M. F.; LIMA, D. V.; FERREIRA, L. O. G. Processo de Reconhecimento e Mensuração do Ativo Imobilizado no Setor Público Face aos Padrões Contábeis Internacionais: um estudo de caso na Anatel. *Revista Universo Contábil*. v. 8, n. 3, p. 62-81, 2012.

CHAND, P., WHITE, M. A critique of the influence of globalization and convergence of accounting standards in Fiji. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 18, n. 5, p.605-22, 2007.

COLLIN, S. Y.; TAGESSON, T.; ANDERSSON, A.; CATO, J.; HANSSON, K. Explaining the choice of accounting standards in municipal corporations: Positive accounting theory and institutional theory as competitive or concurrent theories. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 20, p. 141–174, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf> Acesso em: 30/05/2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 27 - Ativo Imobilizado, 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=37>. Acesso em: 06/06/2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. ICPC10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, 2009. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/ICPC_10.pdf. Acesso em: 11/07/2013.

COSENZA, J.; GRATERON, I. A auditoria da contabilidade criativa. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 143, p. 43-61, 2003.

DELOITTE. Use of IFRS by jurisdiction, 2012a. Disponível em: <http://www.iasplus.com/en/resources/ifrs-topics/use-of-ifrs>. Acesso em: 03/10/2013.

DELOITTE. IFRS ao seu alcance. Um guia para o aperfeiçoamento dos conceitos do padrão contábil global, 2012b. Disponível em: <http://www.deloitte.com>. Acesso em: 26/06/2013.

DRAGU, Ioana-Maria. Diversity of national and international accounting practices: the case of intangible assets. Directory of Open Access Journals. University of Oradea, 2010.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. Journal of Accounting and Economics, v.31, p. 255-307, 2001.

HALLER, A.; WEHRFRITZ, M. The impacto f national GAAP and accounting traditions on IFRS policy selection: Evidence from Germany and the UK. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, v. 22. p. 39-56, 2013.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. IFRS 1 - First-time Adoption of IFRSs issued, 2009. Disponível em www.ifrs.org. Acesso em 13/10/2013.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. Manual de Contabilidade Societária. Aplicável a todas as sociedades. De acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES, S.; CARVALHO, N. Contabilidade Internacional para Graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, J. B. N. A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil. 2010. 244 f. Tese (Doutorado) Curso de Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MURCIA, F. D.; WERGWS, A. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações versus gerenciamento de resultados. Revista Universo Contábil, v. 7, n. 2, p. 28-44, 2011.

NIYAMA, J. K. Contabilidade Internacional. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S.. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 22, n. 56, p. 155-173, 2011.

PAULO, E. Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. Tese (Doutorado) Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2007.

STERGIOS, A.; LASKARIDOU, E. C. Have met IASs Accounting Harmonization? The case of Greek Listed Companies. *International Conference on Applied Economics*, p. 51-60–ICOAE, 2008.

STERZECK, G. O efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras. 2011. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TAPLIN, R. H. Harmony, Statistical Inference with the Herfindahl H Index and C Index. *Abacus*, n. 39, v. 1, p. 82-94, 2003.

TAPLIN, R. H. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. *Accounting and Business Research*, v. 34, n. 1, p. 57-73, 2004.

TAPLIN, R. H. A practical guide to constructing specialised indices of international accounting harmony using the harmoniser software. *Financial Reporting, Regulation and Governance*, v. 5, n. 1, p. 1-28, 2006.

TAPLIN, R. H. Statistical inference using the T index to quantify the level of comparability between accounts. *Accounting and Business Research*, v. 40, n. 1, p. 75-103, 2010.

TUDOR, A. T; DRAGU, I. M. Impact of International Financial Reporting Standards on Accounting Practices Harmonization within European Union – Particular Case of Intangible Assets. *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica*, v. 12, n. 1, p. 191-206, 2010.

VAN DER TAS, L. G. Measuring Harmonization of Financial Reporting Practice. *Accounting and Business Research*, v. 18, n. 70, p. 157-169, 1988.

WALTON, P.; HALLER, A.; RAFFOURNIER, B. *International Accounting*. London: Thomson International Business Press, 2003.

WATTS R. L., ZIMMERMAN J. L. The demand for and supply of accounting theories: the market for excuses. *The Accounting Review*, p. 273–305, 1979.

WATTS R. L., ZIMMERMAN J. L. *Positive accounting theory*. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.